

Exploração e silenciamento da mulher indígena na Amazônia sob a perspectiva do feminismo decolonial no conto *Maibi*, de Alberto Rangel

Exploration and silence of indigenous women in the amazon from the perspective of decolonial feminism in the story Maibi, by Alberto Rangel

Verônica Aquino Boing¹
Larissa Gotti Pissinatti²

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as marcas de subalternização e violência da mulher no conto "Maibi", presente na obra *Inferno Verde* de Alberto Rangel (2001). Para tanto, utilizaremos a abordagem crítica dos estudos pós-coloniais/decoloniais considerando os argumentos de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), María Lugones (2014), Françoise Vergès (2021), dentre outros. Na análise investigaremos a personagem Maibi, enquanto mulher indígena, identificando, nas relações de poder presentes nas relações de gênero, as investidas que subalternizam e violentam a mulher, a partir de práticas colonizadoras que se refinam até os dias atuais. Os resultados indicam que o conto em questão evidencia formas de violência estrutural associadas à colonialidade de gênero que expressam a subalternização da mulher no contexto de colonização da Amazônia. A personagem Maibi expressa o silenciamento, a coisificação e a opressão do ser feminino frente às práticas colonizadoras que se estendem até a atualidade em relação à mulher.

Palavras-Chave: Maibi; Pós-colonial; Subalternidade; Colonização de gênero.

Abstract: This article aims to identify the marks of subalternation and violence against women in the short story "Maibi," found in Alberto Rangel's work *Inferno Verde* (2001). To this end, we will use the critical approach of postcolonial/decolonial studies, considering the arguments of Gayatri Chakravorty Spivak (2010), María Lugones (2014), Françoise Vergès (2021), among others. In the analysis, we will investigate the character Maibi, as an indigenous woman, identifying in the power relations present in gender relations, the attacks that subalternize and violate women, based on colonizing practices that are refined to this day. The results indicate that the short story in question evidences forms of structural violence associated with gender coloniality that express the subalternation of women in the context of the colonization of the Amazon. The character Maibi expresses the silencing, objectification, and oppression of the female being in the face of colonizing practices that extend to the present day in relation to women.

Keywords: Maibi; Post-colonial; Subalternity; Gender colonization.

Introdução

A literatura brasileira desde o início do século XX frequentemente reflete as profundas contradições sociais resultantes da modernização econômica, ao mesmo tempo em que expõe a persistência de práticas coloniais. No conto *Maibi*, de Rangel (2001), observamos um exemplo contundente da exploração humana, feminina e ambiental nos seringais da Amazônia brasileira, apresentados como um pequeno retrato

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5830899671268684>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3383-172X>. E-mail: veraaboing123@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3047273542545380>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7964-7063>. E-mail: larissa.pissinatti@unir.br

da ordem colonial tardia. Por meio de uma narrativa marcada pela violência, violência de gênero e opressão, Rangel (2001) constrói a figura trágica de Maibi, cuja condição revela o corpo feminino e indígena como território a ser violado, negociado e descartado.

Partimos de uma análise crítica do conto *Maibi* à luz dos estudos pós-coloniais e do feminismo decolonial, com o objetivo de refletirmos sobre a representação da mulher indígena na literatura amazônica durante o ciclo da borracha. A narrativa nos evidencia como os corpos femininos, especialmente os corpos indígenas, foram inseridos nas lógicas extrativistas e coloniais da época, ocupando uma posição de subalternidade e exploração. A violência exercida sobre Maibi transcende o plano físico e circunstancial: ela é simbólica, estrutural e funcional ao sistema de dominação masculina, colonial e capitalista.

Acreditamos que nosso estudo é relevante na medida que nos permite responder às seguintes questões: como a mulher indígena é representada no conto *Maibi*? De que maneira a narrativa evidencia os mecanismos de exploração e silenciamento das mulheres no processo de colonização da Amazônia? Partimos da hipótese de que uma leitura verticalizada da figura de Maibi pode ampliar a compreensão sobre o papel da literatura na denúncia — ou na reprodução — de estruturas patriarcais e racistas que moldaram e continuam a moldar as relações sociais no Brasil.

A análise será fundamentada a partir de teóricos que questionam os discursos patriarcais e coloniais, como Gayatri Chakravorty Spivak (2010), María Lugones (2014), Françoise Vergès (2021), dentre outros. Esses estudiosos fornecem subsídios críticos para abordar a colonialidade de gênero e a subalternização da mulher indígena, problematizando como a literatura pode narrar, legitimar e perpetuar violências simbólicas, e a mercantilização dos corpos femininos.

Dessa forma, buscaremos contribuir para a resignificação das percepções sobre o papel da mulher indígena na história e na literatura brasileira, enfatizando a necessidade urgente de revisar criticamente os mecanismos de representação que naturalizam sua marginalização e exclusão nos espaços de poder e decisão. Ao revisitarmos o silenciamento de Maibi, reafirmamos a necessidade de escuta e de reconstrução de uma história que inclua as vozes historicamente apagadas das mulheres indígenas.

Reflexões teóricas sobre: a figura feminina, a subalternidade e a colonialidade de gênero

Ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente colocadas em posições de obediência e dependência masculina, muitas vezes retratadas como desinteressadas ou inadequadas para participar da vida pública, sendo restringidas ao espaço doméstico. De acordo com Maria Lugones (2014):

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 937).

Nessa perspectiva, compreendemos que a construção hierárquica do humano, baseada em uma separação civilizatória racializada e patriarcal, serviu como ferramenta para desumanizar as populações colonizadas e naturalizar a subalternidade feminina. Em sociedades marcadas por estruturas dominantes e coloniais, o padrão de mulher foi historicamente reduzido à função reprodutiva, ao trabalho doméstico e ao confinamento no espaço privado do lar. Essa configuração não é natural, mas fruto de um projeto colonial que impôs uma lógica de dois valores, hierárquica e eurocentrada, sobre os corpos femininos e as relações sociais.

A partir dos argumentos de Maria Lugones (2014) compreendemos que o colonialismo não apenas explorou territórios e povos, mas também reorganizou as relações de gênero de maneira violenta. Com o conceito de "colonialidade de gênero", a autora mostra que as mulheres, principalmente as negras e indígenas, foram duplamente colonizadas: subordinadas por seu gênero e racializadas como seres inferiores. Assim, gênero e raça passaram a operar de forma entrelaçada como mecanismos de opressão. Segundo Lugones (2014), apenas as mulheres burguesas e brancas foram reconhecidas como mulheres no Ocidente, enquanto as mulheres racializadas foram tratadas como versões inferiores ou deformadas da categoria "mulher", sempre ajustadas às exigências do capitalismo eurocêntrico.

Essa formulação evidencia a artificialidade da categoria "mulher" dentro do projeto moderno-colonial. Ela foi estruturada, conforme Lugones (2014), para excluir os corpos

racializados, posicionando-os como sub-humanos e funcionais à lógica de exploração e reprodução do capital. Na sociedade contemporânea, ainda persistem narrativas que empurram essas mulheres para a margem, representando-as como inferiores, submissas e ilegítimas. Frequentemente, seus corpos são reduzidos a objetos — seja pela hipersexualização, seja pela exploração como força de trabalho. Para romper com essas estruturas de silenciamento, exclusão e violência, precisamos necessariamente reconhecer que a opressão que recai sobre as mulheres racializadas é resultado direto de um processo colonial que ainda estrutura as formas de ver, nomear e tratar sua existência.

Fanon (1968), em sua análise sobre a psicologia colonial, no livro *Os Condenados da Terra*, oferece uma compreensão profunda de como funcionam as relações de poder entre os colonizadores e os colonizados. Para ele, a violência colonial não se limita ao domínio físico, mas invade a subjetividade dos povos oprimidos, afetando profundamente suas identidades e modos de existir. A opressão, nesse sentido, é interiorizada de forma tão intensa que o colonizado, muitas vezes, reproduz comportamentos e valores do colonizador, reforçando sua própria subordinação. Trata-se de um processo de alienação, em que o sujeito colonizado é afastado de sua cultura, de sua história e de si mesmo.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a noção de “colonialidade de gênero” de Lugones (2014), explicando como as opressões de raça e gênero foram organizadas de maneira entrelaçada pelo sistema colonial, onde os homens também colonizados, subalternizaram as suas próprias mulheres.

A colonialidade do gênero, como perspectiva crítica, permite compreender que a opressão das mulheres racializadas não se deu apenas pela exclusão do espaço público, mas pela própria negação de sua humanidade. A separação entre quem é considerado plenamente humano e quem é colocado em uma condição subumana foi um elemento central na consolidação das hierarquias coloniais. Dentro dessa lógica, o gênero foi racializado e o feminino foi moldado para servir aos interesses do projeto colonial, em que apenas determinadas mulheres eram reconhecidas como portadoras de dignidade e direitos. As demais eram instrumentalizadas, seja como força de trabalho, seja como função reprodutiva, inseridas em uma estrutura que visava garantir a continuidade do poder branco e burguês.

Essa diferenciação colonização não desapareceu historicamente, estendendo as práticas colonizadoras até os dias atuais, pois os modos de pensar, representar e organizar os corpos continuam atravessados por essas heranças estruturais. A figura da mulher branca ainda ocupa, em muitos discursos sociais, o lugar de referência universal, enquanto as mulheres negras, indígenas e de outras etnias seguem sendo tratadas como “outras”, como exceções ou como ameaças. Essa continuidade revela como as bases do gênero moderno permanecem operando de forma desigual, invisibilizando experiências plurais e reforçando estereótipos que limitam a existência das mulheres não brancas.

Nesse sentido, Memmi (2007), em *O Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador*, afirma que ao colonizado é relegado uma posição de inferioridade não apenas social e econômica, mas também psicológica, sendo levado a interiorizar a lógica do opressor. Nesse sentido, o colonizador faz com que o colonizado, em muitos casos, colabore com o próprio sistema que o submete, não por escolha livre, mas pela ausência de alternativas. No conto, essa exploração fica evidente na negociação entre Sabino (marido de Maibi) e o patrão, para saldar sua dívida, Sabino vende a mulher a outro homem para que este quite sua pendência. A opressão, portanto, deixa de ser apenas externa e coercitiva para tornar-se interna e estrutural, operando no campo simbólico e afetivo. Considerando essa noção, podemos observar que o conto demanda o nosso olhar para além da personagem Maibi, pois essas práticas, advindas de um patriarcado estrutural, podem ser observados nas relações de gêneros até os dias atuais em relação as mulheres, principalmente, às não-brancas posicionando-as em um sistema que naturaliza a subalternização, a opressão, a dominação, desautorizando seu engajamento e suas práticas sociais.

Nesse contexto, como observa Spivak (2010, p. 66):

[...] Com respeito à imagem da mulher e à relação entre a mulher e o silêncio, pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação. A historiografia subalterna deve confrontar a impossibilidade de tais gestos. A restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme.

No excerto acima, Spivak (2010) chama atenção para a maneira como a violência epistêmica colonial impede que a mulher, compreendida pela postura patriarcal como subalterna, construa sua própria história e seja reconhecida como sujeito de fala, reforçando seu silenciamento estrutural. A autora ainda argumenta que o silêncio da

mulher subalternizada não se deve à ausência de pensamento ou resistência, mas sim à imposição de um sistema que define quais vozes podem ser ouvidas e legitimadas. A historiografia, a linguagem e os próprios dispositivos de saber foram estruturados para excluir aquelas que não se enquadram no modelo hegemônico de sujeito — branco, europeu, masculino e burguês.

Nesse sentido, sua reflexão em *Pode o Subalterno Falar?* (Spivak, 2010) é essencial para entender a subordinação das mulheres indígenas e racializadas. A mulher subalterna é não apenas oprimida, mas representada a partir de uma perspectiva que a reduz a objeto, que silencia sua agência e apaga sua complexidade. Trata-se de um silenciamento estrutural, que ultrapassa a dimensão política e adentra o campo simbólico, onde sua existência como produtora de saber e como sujeito histórico é sistematicamente negada.

Os estudos de Spivak (2010) e Lugones (2014) contribuem na compreensão das múltiplas camadas de violência que incidem sobre os corpos femininos e racializados, no caso do nosso objeto de investigação, Maibi, mulher indígena, expressa a violência que não se restringe ao plano físico, mas que atravessa as esferas simbólica, epistêmica e subjetiva, naturalizando processos históricos de dominação e apagamento cultural.

Lugones (2014), ao tratar do feminismo decolonial no artigo Rumo a um feminismo descolonial, afirma que os eixos raça, gênero e classe são categorias interdependentes, asseverando que a colonialidade de gênero opera tanto na exploração material quanto na produção de sentidos, identidades e silenciamentos. Portanto, a opressão da mulher expressa na personagem Maibi não se apresenta apenas como herança do passado colonial amazônico nas relações de gênero, mas como uma estrutura patriarcal que se engendra em práticas colonizadoras em relação a mulher até a contemporaneidade.

Nesse contexto, ao identificarmos os mecanismos que mantêm a estrutura patriarcal, nas relações de poder presentes nas relações colonizadoras de gênero, apresentaremos, em seguida, as marcas de subalternização e violência na personagem Maibi, no conto Maibi, de Rangel (2001).

Subalternização da mulher em Maibi

Para situar a análise proposta, é fundamental compreender o contexto histórico e literário em que se insere o conto Maibi de Alberto Rangel (1871–1945), escritor brasileiro

com formação jurídica e sensibilidade voltada para as questões sociais e ambientais da Amazônia brasileira, que foi predominantemente masculina. Na obra em questão, o autor retrata ficcionalmente a realidade dos seringais durante o Ciclo da Borracha, período que se estendeu do final do século XIX ao início do século XX. Sua obra mais conhecida, *Inferno Verde* (1908), reúne contos que narram as condições brutais de trabalho impostas pelo sistema de aviamento, um mecanismo de endividamento contínuo que submetia indígenas, caboclos e nordestinos a uma forma de escravidão por dívidas, onde eram forçados a produzir para saldar dívidas impagáveis.

A colonização da Amazônia brasileira foi dominada por homens, que marginalizaram as mulheres nativas; é nesse contexto que se insere o conto Maibi, que se destaca por dramatizar a condição da mulher indígena submetida às violências econômicas e simbólicas da colonialidade. O conto expressa o contexto de um momento histórico de colonização da Amazônia e evidencia a colonização de gênero, “interseccionalizando raça, gênero e classe” (Lugones, 2014), demonstrando as marcas da exploração e dominação da mulher, assim como seu silenciamento, advindos de um patriarcado e violência estrutural em relação a mulher na formação da sociedade brasileira.

Como destaca Souza (2019), na sociedade amazônica da borracha, a mulher no seringal era vista como objeto de prazer e de trabalho doméstico, sendo reduzida ora a instrumento de uso, ora a moeda de troca. Submetida à autoridade masculina, do marido, do seringalista e do patrão, era silenciada e invisibilizada de diversas maneiras. Essa configuração revela a estrutura patriarcal e violenta que permeava os seringais, onde a mulher era confinada a funções sexuais e domésticas, sem qualquer reconhecimento da sua humanidade. Essa lógica se evidencia no conto Maibi, de Rangel (2001), onde a protagonista mulher, indígena, encarna o peso dessa violência simbólica e material, expondo a brutalidade de um sistema que nega sua dignidade e apaga sua voz enquanto sujeito histórico.

Nesse contexto, Quijano (2005) afirma que a ideia de raça, em seu sentido moderno, nasceu no contexto da colonização das Américas e passou a funcionar como instrumento central de classificação social. Raça tornou-se critério de hierarquização dos sujeitos, associando identidades como “índios”, “negros” e “mestiços” a posições de subalternidade dentro das novas estruturas coloniais. No conto de Rangel (2001), essa lógica se manifesta na forma como a personagem Maibi é racializada, exotizada e

convertida em corpo-colônia, sujeita a uma ordem de dominação que combina exploração econômica, apagamento simbólico e violência de gênero.

No contexto do seringal, as mulheres eram tratadas como artigos de luxo, especialmente quando se tratava de mulheres indígenas, passíveis de serem traficadas, comercializadas, requisitadas ou capturadas nas matas. Viver nesse ambiente significava, para a mulher, estar subordinada à posse masculina, obedecendo a uma lógica patriarcal rígida, privando-a da autonomia para definir os caminhos de sua própria existência, enquanto mulher. Essa lógica de exploração é explicitada em um dos trechos do conto, no qual o corpo de Maibi é negociado como mercadoria:

Uma figura alentada e bruta, com a bocaça mascarada pela franja da bigodeira ruça, dizia a outra personagem, chupada, [...] – Então, o negócio está feito... estamos entendidos. Você nada me deve e deixa a Maibi com o Sérgio. [...] Mas, que negócio fora afinal firmado? O Sabino devia ao patrão sete contos e duzentos, que a tanto montava a adição das parcelas de dívidas de quatro anos atrás, e cedia a mulher a um outro freguês do seringal, o Sérgio, que por sua vez assumia a responsabilidade de saldar essa dívida. O mais comum dos arranjos comerciais, essa transferência de débito, com o assentimento do credor, por saldo de contas (Rangel, 2001, p. 125).

O excerto acima expressa o que Lugones (2014) define como “colonialidade do gênero”, por meio dessa prática a mulher racializada é reduzida a objeto de transação dentro da lógica capitalista colonial. Portanto, a personagem Maibi, não é reconhecida como sujeito de direitos ou de fala, mas convertida em moeda de troca entre homens inseridos na economia extrativista. A negociação do corpo feminino ocorre de maneira naturalizada, como parte de um acordo comercial comum, o que evidencia como a violência de gênero e a exploração econômica se entrelaçavam e eram legitimadas pela estrutura social do seringal. A violência se manifesta, assim, não apenas na exploração do trabalho, mas na própria dissolução do engajamento social da mulher indígena, reafirmando seu lugar subalterno na ordem colonial.

Essa situação de subalternidade extrema, dialoga com a noção de Fanon (1968) denominada “internalização do colonialismo”, por meio do qual, o oprimido reproduz a lógica que o esmaga. No conto em questão podemos observar que o personagem Sabino, marido de Maibi, também é um colonizado e reproduz o método de dominação colonial, tratando o corpo de Maibi, sua esposa, mulher e indígena, como mero objeto de transação, naturalizando relações de poder desiguais dentro do seu próprio ciclo afetivo.

Para Memmi (2007), o colonizado é empurrado a uma posição de inferioridade psicológica e social, interiorizando a lógica do opressor. No conto, o esposo de Maibi ao entrega-la como moeda de troca para pagamento de dívida expressa a internalização dos valores coloniais como afirmam Memmi (2007) e Fanon (1968). Dessa forma, o colonizado alienado, perpetua práticas que sustentam sua própria condição de inferioridade.

Além disso, a condição da personagem Maibi expressa o que Vergès (2021) denomina como o processo de sacrifício do corpo colonizado. Para a autora, isso significa que a lógica colonial não apenas explora, mas transforma corpo racializado da mulher, em territórios de extração e violência permanente.

Para Lugones (2014), a colonização da mulher na América Latina e em outros continentes colonizados ocorre em camadas (raça, gênero e classe). Com isso, podemos considerar que a personagem Maibi, enquanto mulher indígena, tem seu corpo duplamente colonizado: primeiro pela violência de gênero que o reduz à função de mercadoria; depois pela violência racial que o inferioriza e o posiciona como espaço legítimo de dominação. No conto, essa lógica é evidenciada quando a personagem Maibi é negociada objetificada e sem direito à fala, reafirmando uma estrutura patriarcal e colonizadora que localiza o corpo da mulher como algo disponível à circulação dentro das engrenagens econômicas coloniais. Essa estrutura de desumanização é reforçada em outro momento significativo do conto, no qual o narrador revela a perspectiva de Sabino após a entrega de Maibi:

E o Sabino iria labutar com ânimo, na esperança, agora bem realizável, de tirar saldo no fim do ano. Com a mulher, a sua peça maior também tinha desaparecido: os sete contos e tanto, que neles pensar era se lançar pela certa num deplorável estado de desalento. Compreendia o Sabino que, em companhia da esposa, por mais que trabalhasse, nunca pagaria a dívida crescente e escravo se tornava. O débito era um par de machos... “Tirar saldo” é a obsessão do trabalhador, no seringal. E como não ser assim, se o saldo é a liberdade? (Rangel, 2001, p. 126).

O excerto evidencia como o sistema colonial destrói não apenas os corpos, mas também as relações afetivas e sociais, convertendo a dignidade humana em instrumento de negociação econômica. A mulher deixa de ser companheira ou sujeito autônomo: torna-se um obstáculo ao saldo, à suposta liberdade, e, por isso, é descartada, reforçando

a ideia de que, quando se trata de corpos femininos, sempre são os primeiros a serem convertidos em moeda de troca.

Essa dinâmica ilustra o que Memmi (2007) define como a totalidade da colonização, ou seja, um sistema em que todos os aspectos da existência do colonizado — inclusive os afetivos — são corroídos e subordinados à lógica da exploração. No conto, essa realidade é retratada nas relações humanas e nas transações comerciais, onde a mulher é convertida e reduzida em saldo de contas. A desumanização, portanto, não se limita ao corpo físico, mas se estende às estruturas emocionais e sociais, corroendo a dignidade e instrumentalizando o afeto em função da lógica colonial.

Em outro trecho do conto, Maibi é lembrada por Sabino de maneira profundamente erotizada:

Ah! os olhos dela, tingidos no sumo do pajurá; o andar miúdo e ligeiro de um maçarico; ah! os seus cabelos do negror da polpa de mutum 'fava'; o vulto roliço... As carícias ardentes da moça iriam agora aplicar-se em outro... (Rangel, 2001, p. 125).

Nesse trecho, podemos constatar de que forma o imaginário colonial molda a percepção da personagem Maibi. Não se trata apenas de uma lembrança nostálgica de Sabino, mas de uma reprodução simbólica da violência, Maibi é vista como extensão da terra fértil, exótica, útil e, portanto, passível de exploração e abandono conforme as necessidades do colonizador. A comparação de seus traços físicos a elementos naturais como o pajurá, o maçarico e o mutum "fava" revelam um olhar que animaliza e tipifica o corpo indígena, esvaziando-o de complexidade humana. Ao submeter Maibi a esse regime de significação, o conto evidencia o entrelaçamento entre erotismo e dominação colonial. A "danada cabocla" (Rangel, 2001) que lhe proporcionava prazer é, ao mesmo tempo, descartada como um obstáculo econômico e emocional.

Dessa forma, o erotismo que percorre a memória de Sabino não é inocente: ele legitima o abandono, justificando a exploração anterior e a rejeição posterior. Nesse sentido, a personagem Maibi personifica a "marca do colonizado" (Memmi, 2007), ela é reduzida a um objeto descartável, à função de servir aos interesses do outro, sua existência só é reconhecida na medida em que satisfaz ou ameaça os objetivos do colonizador. O conto, expõe a engrenagem perversa do sistema patriarcal e das práticas colonizadoras nas relações de gênero, onde sempre existe um corpo mais vulnerável para explorar, e esse corpo é, invariavelmente, da mulher. A subalternidade fica ainda

mais evidente no final do conto, onde sinais de silenciamento reforçam, a partir da personagem Maibi, a subalternização da mulher nos seringais daquela época. Essa violência atinge seu ápice no episódio descrito a seguir:

[...] Uma mulher, completamente despida, estava amarrada a certa seringueira. [...] Atado com uns pedaços de ambécima à 'madeira' da estrada, o corpo acanelado da cabocla adornava bizarramente a planta que lhe servia de estranho pelourinho. [...] Sobre os seios túrgidos, sobre o ventre arqueado, nas pernas rijas, tinha sido profundamente embutida na carne, modelada em argila baça, uma dúzia de tigelas. Devia o sangue da mulher enchê-las e por elas transbordar, regando as raízes do poste vivo que sustinha a morta (Rangel, 2001, p. 135).

O silenciamento de Maibi se intensifica ao percebermos que, apesar de ser a personagem que nomeia o conto, ela atravessa toda a narrativa sem ter sua voz registrada. Maibi é falada, manipulada, vendida e assassinada, mas nunca fala. Essa ausência dialoga diretamente com a reflexão de Spivak (2010), que questiona: "pode o subalterno falar?". No caso de Maibi, a resposta é negativa, mesmo sendo o centro da história, ela permanece subjugada à fala do outro, incapaz de expressar seus próprios desejos ou resistências. Assim, o conto revela a dinâmica em que o subalterno é não apenas explorado materialmente, mas também anulado simbolicamente, sendo privado de sua agência até mesmo no espaço narrativo.

A figura de Maibi, embora central na narrativa, é construída a partir da ausência de voz e da impossibilidade de enunciação, sua trajetória evidencia o que Spivak (2010) problematiza como o duplo apagamento do subalterno: não apenas a exploração concreta, mas também a interdição discursiva, que impede a constituição de um sujeito que fale por si. No conto, Maibi não articula uma única palavra; sua subjetividade é anulada, sendo representada apenas pelos desejos, memórias e interesses de personagens masculinos. Assim, sua morte brutal, inscrevendo seu corpo na seringueira como se fosse parte da natureza a ser extraída, reforça o silenciamento e a transformação da mulher racializada em emblema da devastação colonial.

Além de exemplificar o silenciamento descrito por Spivak (2010), a personagem Maibi simboliza a cristalização de uma hierarquia social em que as mulheres indígenas são objetos de circulação, trocadas como mercadorias e, em última instância, sacrificadas para manter a lógica econômica e simbólica do sistema colonial. Sua ausência de voz e de agência ressalta a profundidade da dominação colonial que não se contenta apenas

em explorar economicamente os sujeitos racializados, mas também busca obliterar sua capacidade de narrar a própria existência.

Ao final do conto, portanto, o corpo silenciado de Maibi não apenas simboliza, mas denuncia concretamente a violência estrutural imposta às mulheres indígenas na história da Amazônia, ao mesmo tempo, em que expõe as brutalidades da exploração seringueira, também expressa a estrutura patriarcal e a subalternização da mulher. A ausência de voz da personagem Maibi, sua conversão em mercadoria e sua morte ritualizada apontam para a persistência de uma matriz de dominação que configura corpos racializados e femininos como territórios a serem apropriados, utilizados e descartados.

Dessa forma, Maibi é mantida no conto, em um lugar de silêncio absoluto, no entanto, seu silêncio também pode ser interpretado como denunciativo chamando a atenção para a violência sistêmica e estrutural em relação a mulher. Por fim, podemos considerar que a personagem Maibi é uma presença que insiste, na recusa do silenciamento imposto e denuncia em seu silêncio, as ausências impostas pelas práticas colonizadoras, em relação ao seu corpo e sua voz, também denunciam as estruturas coloniais nas relações de gênero, demandando atenção às estratégias da colonização de gênero que subalternizam, oprimem, dominam e desfiguram a mulher em suas práticas sociais.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho o conto Maibi permitiu refletir e identificar os mecanismos colonizadores, nas relações de gênero, vinculados à exploração, à violência e silenciamento impostos as mulheres não-brancas no processo de colonização da Amazônia brasileira. A maneira como a personagem Maibi é representada na obra revela as estruturas de uma sociedade patriarcal, que foram ainda mais intensificadas após a colonização e mantêm as mulheres em posição submissão, negando-lhes o direito de exercer as funções sociais.

A personagem Maibi é expressa como um corpo disponível para o desejo masculino, para a troca comercial e para a violência. Sua trajetória, da relação afetiva interessada, com Sabino, passando pela sua venda como mercadoria, até seu assassinato brutal, revela a crueldade da lógica colonial que subjuga os corpos femininos

indígenas, à dominação econômica, racial e de gênero. Ao investigar a maneira como conto constrói a personagem, torna-se evidente que a representação da personagem Maibi ultrapassa a denúncia social imediata para adentrar uma camada mais profunda de crítica à colonialidade. A mercantilização de seu corpo e a naturalização de sua morte ritualizada, no final do conto, mostram que a violência contra a mulher indígena é estrutural e sistemática, incorporada às práticas econômicas e simbólicas de uma sociedade capitalista e extrativista amazônica.

Nesse sentido, o silenciamento da personagem Maibi dialoga com as reflexões de Spivak (2010), sobre a impossibilidade de fala do subalterno, se o homem subalterno, não encontra espaço para falar e nem se impor, o sujeito feminino encontra-se, em situação ainda mais extrema de subjugamento, exploração e violência. No conto, a história da Maibi é contada por terceiro, mesmo sendo a personagem principal, sua voz não é ouvida em nenhum momento. Assim, ao mesmo tempo em que o conto expõe essa dinâmica, a reflete, tornando-se ele próprio um testemunho da dificuldade estrutural de representar a subjetividade daquelas que, pela violência colonial, foram condenadas ao silêncio.

A trajetória de Maibi ilustra, assim, um duplo processo de desumanização: o primeiro: material, relacionado à sua condição de mercadoria, e o segundo: simbólico, vinculado à sua exclusão do espaço discursivo. Esta dupla opressão corrobora a tese de que, no contexto colonial, a mulher indígena ocupa a posição extrema de vulnerabilidade, sendo objeto de uso, de troca e sacrifício, sem que suas dores ou suas experiências possam ser plenamente escritas na narrativa dominante.

Os estudos pós-coloniais e decoloniais permitiram nesse estudo revisitar o conto Maibi reconhecendo as estruturas colonizadoras envolvidas nas relações de gênero. Desse modo, o conto permite reconhecer e repudiar as marcas de um sistema patriarcal e colonial que ao contar a história de Maibi, e dar voz ao silêncio não endossa, mas denuncia através de uma leitura crítica.

Embora Maibi seja retratada sob o olhar exótico dos homens que a cercam, a personagem é mais do que um corpo disponível, sua ausência de voz explicita o apagamento histórico das mulheres indígenas, cuja humanidade foi sistematicamente negada pelas estruturas coloniais e patriarcais. O texto nos obriga a reconhecer esse silenciamento como sintoma da lógica de dominação, e não como uma verdade essencial sobre ela.

A personagem Maibi, portanto, nos demanda voltar nosso olhar, a fim de pensar na urgência de descolonizar não apenas os temas, mas os olhares e os discursos em relação à mulher, reconhecendo e reparando simbolicamente os corpos femininos que foram silenciados.

REFERÊNCIAS

- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, set./dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Organização de Tenório Telles; estudo crítico de Marcos Frederico Krüger. 5. ed. revista. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- SPIVAK Chakravorty, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Recebido em: 25/10/2025

Aceito em: 21/04/2026